



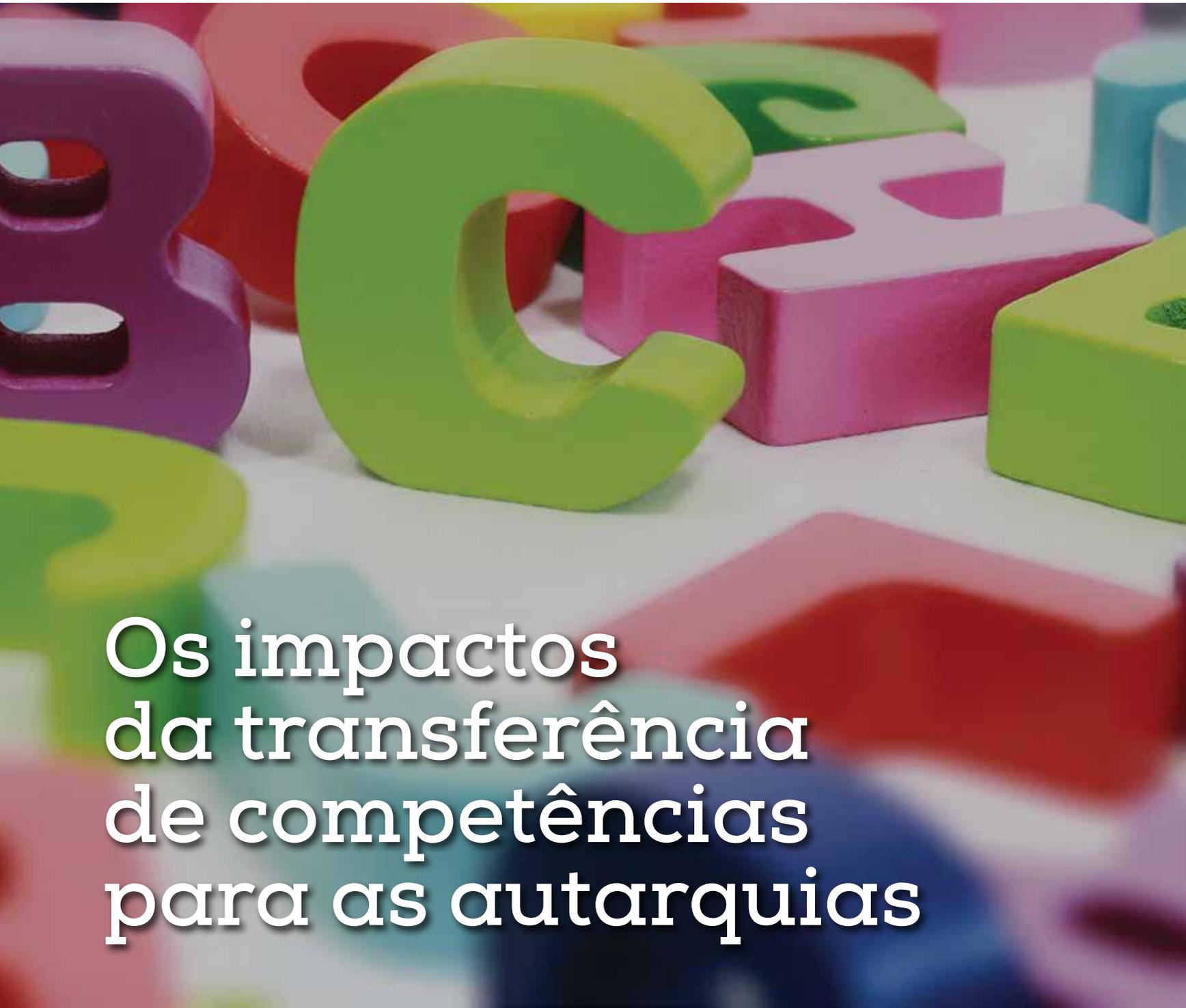
05

MARÇO
2020

eLRs

Educação em Loures

Revista dirigida
à comunidade
educativa



Os impactos
da transferência
de competências
para as autarquias



Su mário

rio

Conselho Editorial

Bernardino Soares

Presidente da Câmara Municipal de Loures

Gonçalo Carozo

Vereador da Educação

António Wagner Diniz

Diretor do Projeto Orquestra Geração

Carlos Neto

Professor catedrático da Faculdade de Motricidade Humana

Cristina Loureiro

Presidente do Departamento de Formação e Investigação em Didáticas e Currículo da Escola Superior de Educação de Lisboa

Mário Nogueira

Secretário Geral da FENPROF

Pedro Calado

Investigador e docente universitário

Ficha Técnica

Diretor:

Bernardino Soares

Redação, revisão, fotografia, design gráfico e paginação:

Divisão de Atendimento, Informação e Comunicação

Impressão: Soartes
Distribuição gratuita

Tiragem: 20 mil exemplares

Depósito legal: 414481/16

ISSN: ISSN 2183-8658

Periodicidade: Bianual

01
Equidade e
qualidade da
escola pública

Bernardino Soares

02
Novas
competências na
educação sem
meios financeiros?

07
A municipalização
põe em causa a
Escola Pública

Mário Nogueira

08
Entrevista:
Licínio Lima

12
Investir no futuro

14
A aventura de
crescer e o risco
de não arriscar

Rita Cordovil

17
Beneficiação de
instalações escolares

19
Adaptação ao meio
aquático

20
Pessoal não docente
assegura bom
funcionamento das
escolas

22
Escolas com projetos
inovadores

23
Novas tecnologias
chegam às escolas

24
Escola segura,
dinâmica e
promotora do
sucesso escolar

Cristina Gaspar

25
Intervenção
precoce como
alicerce da inclusão

Equipa Local de Intervenção de Loures

26
Instituição de Apoio
Social da Freguesia de
Bucelas prepara
o futuro

29
Educação para
a Cidadania
Democrática e
Direitos Humanos

Cristina Gomes da Silva

31
Motivar os filhos
num ensino
desmotivador

Ana Manta

33
Para uma
avaliação
pedagógica capaz
de melhorar as
aprendizagens
e o ensino

Domingos Fernandes

34
Academia dos Saberes
com polos em Bucelas
e Camarate

35
Melhorias nas refeições
escolares

36
Revisão da Carta
Educativa de
Loures

Equipa técnica da Universidade de Aveiro



Equidade e qualidade da escola pública

Bernardino Soares

Presidente da Câmara Municipal de Loures

O quinto número da revista *eLRS – Educação em Loures* procura trazer ao conhecimento e reflexão temas que estão na ordem do dia em matéria de Educação. Em destaque, o processo de transferência de competências para as autarquias na área da Educação, em análise, os impactos no território de Loures, a desconstrução do processo e a escassez de meios para uma aplicabilidade e gestão que garantam a equidade e a qualidade da escola pública.

A melhoria do espaço da Escola continua a estar nas prioridades da intervenção municipal, com enfoque no aumento da oferta da rede pública da educação pré-escolar, a diminuição dos regimes duplos no 1º ciclo do ensino básico, a reconversão de cozinhas para confeitaria local das refeições, a remodelação dos centros de apoio à aprendizagem, a melhoria do conforto térmico dos edifícios, a renovação do mobiliário e equipamentos, assim como as melhorias nas refeições escolares com ementas renovadas, opção vegetariana, introdução do pequeno-almoço, lanches e piqueniques mais variados e enriquecidos nutricionalmente.

Ainda, a requalificação dos logradouros das escolas com novos campos de jogos, parques infantis e novos espaços de brincadeira.

Também, a valorização do papel fundamental que Assistentes Técnicos e Assistentes Operacionais desempenham nas nossas escolas.

Prosseguimos o trabalho de construção da nova Carta Educativa e do Plano Estratégico Educativo Municipal, como instrumentos fundamentais e orientadores da política educativa local.

Continuamos a dar voz efetiva aos agrupamentos de escolas e às suas boas-práticas, às Associações de Pais e Encarregados de Educação, bem como às Instituições Particulares de Solidariedade Social do concelho que, todos os dias, trabalham para uma Educação cada vez melhor no concelho de Loures.

E para prosseguirmos o caminho para a construção de uma escola pública de qualidade, democrática e inclusiva contamos, mais uma vez, com a colaboração de diversos especialistas e com os seus relevantes contributos que poderão ficar a conhecer nesta edição.



LOURES

Novas competências na Educação sem meios financeiros?

Uma das grandes mudanças do regime democrático foi um poder local com novos papéis, novos campos de intervenção, e mais autónomo. Um poder local como promotor do desenvolvimento, do seu espaço, do seu território e das suas comunidades locais.

A década de 1980 e o pacote legislativo autárquico marca o primeiro momento da transferência de competências em matéria de educação, designadamente nos domínios da construção e manutenção dos equipamentos escolares do ensino infantil e primário, dos transportes escolares e da ação social escolar.

Volvidos quatro décadas, as autarquias locais confrontam-se

com um novo processo de transferência de competências na Educação.

Estamos, de novo, perante um processo com características já observadas e um percurso que insiste na ausência de negociação e concertação pelos diferentes atores intervenientes.

Vem, assim, a Lei nº 50/2018, de 16 de agosto, estabelecer um novo quadro de transferências de competências para as autarquias locais, nos domínios do pessoal não docente, do parque escolar e da ação social escolar, em níveis de ensino da responsabilidade do poder central.

Neste quadro de grandes dificuldades e insuficiência de meios, o Município de Loures regista apreensões para o futuro. O Município deliberou aceitar as competências em Educação apenas em setembro de 2021, estando neste momento o Governo a preparar novo adiamento dessa transferência para 2022.

Parque escolar

No domínio do parque escolar, a Lei nº 21/2019, de 30 janeiro, prevê a transferência para as Câmaras Municipais de competências no domínio do equipamento, conservação

**Quadro 1
Parque Escolar**

| 2018.2019 | | Transferências - DL n. 21/2019 | | Totais | |
|---|--------|--|--------|---|--------|
| Escolas | Alunos | Escolas | Alunos | Escolas | Alunos |
| 62 (JI + 1º Ciclo) 10 (EB 2,3) * | 17.614 | 19 (EB 2,3 + E. Secundárias) * 8 EB2,3 + secundárias prioritárias Escola Secundária José Cardoso Pires, não prioritária | 8.333 | 62 escolas 43 (JI + 1º Ciclo) 13 (EB 2,3) * 6 (E. Secundárias) * | 25.947 |
| * Apenas intervenções de manutenção e conservação | | * Apenas intervenções de manutenção e conservação | | * Apenas intervenções de manutenção e conservação | |

Quadro 2 Competências

| Município de Loures (artigo 32.º, n.3 da lei 21/2019) | Ministério da Educação |
|---|---|
| Intervenções de manutenção e conservação e equipamentos das escolas do 2º/3º ciclos e escolas secundárias com transferência de 20 mil euros anuais para cada equipamento escolar. | Intervenções de ordem estrutural no edificado e logradouro das escolas 2º/3º ciclos e escolas secundárias prioritárias e de construção dos pavilhões desportivos. |

e manutenção e funcionamento dos edifícios escolares do ensino básico e secundário nomeadamente:

- Aquisição e manutenção de equipamento básico, mobiliário, material didático e equipamentos desportivos, laboratoriais, musicais e tecnológicos para os estabelecimentos dos 2º/3º ciclos e ensino secundário;
- Conservação, manutenção e pequena reparação em estabelecimentos educativos do pré-escolar ao ensino secundário (edificado e logradouro) à exceção dos edifícios que sejam propriedade da Parque Escolar, E.P.E. como é o caso da Escola Secundária António Carvalho Figueiredo, Loures; (Quadro 1 e 2)
- Contratação de fornecimentos e serviços externos essenciais ao funcionamento dos estabelecimentos educativos.

Dos mapas recebidos, pela administração central, que consubstanciam as competências a transferir.

Coloca-se, ainda, em destaque, a ausência de referência ou informação de aspetos de grande importância e preocupação aludidos, em sede de pronúncia, por parte do Município de Loures e com envio ao Ministério da Educação:

- Ausência de um cronograma com a previsão das intervenções de requalificação do parque escolar para as escolas consideradas prioritárias; (Quadro 3)
- Omissão na identificação e na necessidade de construção dos pavilhões desportivos nas escolas; (Quadro 5)
- Ausência de informação e planeamento no que concerne às necessidades de substituição do fibrocimento existente em dezasseis equipamentos escolares do concelho da responsabilidade do Ministério da Educação.

Obras no valor de 50 milhões de euros

O parque escolar dos 2º/3º ciclos e secundário do concelho de Loures é constituído por 20 equipamentos escolares e um edificado, na sua maioria, com mais de 30 anos. Muitas escolas do 2º/3º ciclos e escolas secundárias do

concelho apresentam anomalias e deficiências gravíssimas decorrente de décadas de ausência de ações de manutenção e conservação por parte do Ministério da Educação, que paulatinamente, conduziu ao estado de degradação que, hoje, conhecemos. Uma avaliação técnica realizada pelos serviços municipais a todos os equipamentos escolares em referência evidenciou a necessidade emergente de obras profundas e estruturais no edificado e logradouros, numa estimativa global de 50 milhões de euros.

Quadro 3 Listagem de Escolas a Modernizar da responsabilidade do Ministério da Educação

Escolas Prioritárias

Escola Básica da Bobadela
Escola Básica Bartolomeu Dias, Sacavém
Escola Básica do Catujal
Escola Básica Gaspar Correia, Portela
Escola Básica Mário de Sá Carneiro, Camarate
Escola Básica de Bucelas
Escola Básica Maria Veleda, Santo António dos Cavaleiros
Escola Básica Luis Sttau Monteiro, Loures
Escola Básica São João da Talha
Escola Básica Santa Iria de Azóia
Escola Secundária de Camarate
Escola Secundária de Sacavém
Escola Secundária Arco Íris, Portela
Escola Secundária São João da Talha
Escola Secundária José Afonso, Loures

Quadro 4
Ação Social Escolar
Refeições/Refeitórios

| 2018.2019 (Educação pré-escolar e 1º ciclo) | | Transferências - DL n. 21/2019 2º e 3º ciclo e secundário | | Totais | |
|--|-------------------|--|-------------------|-------------|-------------------|
| Refeitórios | Refeições diárias | Refeitórios | Refeições diárias | Refeitórios | Refeições diárias |
| 63 | 8.106 | 19 | 3.546 | 82 | 11.652 |

Quadro 5
Listagem das Escolas com pavilhão
desportivo a construir da responsabilidade
do Ministério da Educação

Escola Básica Luís Sttau Monteiro, Loures
Escola Básica de Bucelas
Escola Básica Maria Veleda, Santo António dos Cavaleiros
Escola Básica de São João da Talha
Escola Secundária José Afonso, Loures
Escola Secundária de Camarate
Escola Secundária de São João da Talha

Mas, simultaneamente, encontra-se determinado na procura das melhores soluções em prol da comunidade escolar do nosso concelho, exigindo sempre ao Ministério da Educação as respostas para as escolas que sendo consideradas prioritárias permanecerão à sua responsabilidade para obras estruturais e de remodelação.

Apoios e complementos educativos

O DL 21/2019, de 30 janeiro, determina novas competências de organização e gestão dos procedimentos de atribuição de apoios no âmbito da ação social escolar:

- A distribuição gratuita de leite escolar aos alunos que frequentam a educação pré-escolar e 1º ciclo do ensino básico;
- O fornecimento de refeições em refeitórios escolares dos estabelecimentos de educação pré-escolar e ensinos básicos e secundários;
- A organização e controlo do funcionamento dos transportes escolares;

- A promoção e organização da Escola a Tempo Inteiro, em parceria com os órgãos de administração e gestão dos agrupamentos de escolas, das atividades de animação e apoio família, componente de apoio à família e atividades de enriquecimento curricular.

Com o presente diploma, o Município assumiria a competência e gestão de fornecimento de refeições escolares em todos os equipamentos escolares do concelho. (Quadro 4)

Em matéria de pessoal não docente seriam transferidos para o Município todos os trabalhadores em exercício de funções em todas as escolas da rede pública de educação e ensino. (Quadro 6)

A realidade e a experiência do Município de Loures, nesta matéria decorrente da gestão do Contrato de Execução estabelecido com o Ministério da Educação, em 2009, confirmam a inadequação da Portaria nº 272-A/2017, de 13 de setembro, que estabelece os critérios e a respetiva fórmula de cálculo para a determina da dotação máxima de referência do pessoal não docente de pessoal não docente e o diminuto financiamento para fazer face às carências de pessoal nas escolas.

Estes desajustes colocam enormes constrangimentos na gestão e nas respostas adequadas às necessidades das escolas, impondo aos municípios o encontrar de soluções adicionais e suporte dos encargos à sua exclusiva responsabilidade. Em Loures, estão, à data, 92 trabalhadores acima do rácio estipulado pelo Ministério da Educação, representando um encargo no orçamento municipal de cerca de um milhão de euros.

Escola pública de qualidade e universal

O desinvestimento em Educação, com evidência, na requalificação das infraestruturas e no reforço de pessoal não docente, tem, ao longo de décadas conduzido a estados

Quadro 6
Pessoal não docente

| 2018.2019 | | Transferências - DL n. 21/2019 | | Totais | |
|--------------------------|----------------------|--------------------------------|----------------------|--------------------------|----------------------|
| Assistentes Operacionais | Assistentes Técnicos | Assistentes Operacionais | Assistentes Técnicos | Assistentes Operacionais | Assistentes Técnicos |
| 605 | 97 | 197 | 27 | 802 | 124 |

de conservação e funcionamento das escolas de grande fragilidade e de perfeita inaceitabilidade.

Hoje o número de pessoal não docente afeto às escolas do concelho não é a resposta necessária, registando-se constrangimentos vários que não são considerados no cálculo de atribuição dos trabalhadores.

A realidade do parque escolar do 2º/3º ciclos e ensino secundário apresenta um edificado obsoleto, com equipamentos desadequados às aprendizagens, logradouros degradados e esquecidos no tempo, coberturas deterioradas e acessibilidades de exclusão.

Verifica-se que os montantes a transferir são exclusivamente calculados nos valores dos orçamentos, contas de gerência das escolas e nas despesas/investimentos realizados por parte do Ministério da Educação e que não respondem às necessidades e aos problemas, não se vislumbrando nenhum reforço na transferência para os municípios que permita beneficiações qualitativas.

Confirma-se que o financiamento associado à execução do

contrato estabelecido com o Ministério da Educação, em 2009, nomeadamente na transferência de 20 mil euros/ anuais para as intervenções de manutenção e conservação de dez escolas básicas do 2º/3º ciclo foi e é manifestamente insuficiente e que a proximidade, per si, não foi nem será capaz de resolver os graves problemas existentes. Sem o investimento do Estado não será possível recuperar o parque escolar do concelho e construir os pavilhões desportivos. Por parte do Município de Loures todos os esforços serão desenvolvidos para que o Governo tome a decisão de investir na Escola Pública, alocando as verbas no orçamento de Estado que permita ir dando resposta de forma faseada e calendarizada às necessidades emergentes do parque escolar e no garante de uma escola para todos. E neste novo quadro de transferências esperava-se que o alargamento de competências para o poder local representasse uma melhoria no investimento na Educação, com as dotações orçamentais necessárias para concretizar a Escola Pública de Qualidade e Universal.





A municipalização põe em causa a Escola Pública

Mário Nogueira

Secretário-Geral da FENPROF

Sob a capa de descentralização, o governo anterior decidiu avançar com um processo de municipalização, também na Educação, que contou, no Parlamento, com o apoio de PS e PSD. O governo, que resultou das eleições do dia 6 de outubro, já anunciou essa como uma das suas grandes reformas.

A opção pela municipalização da Educação não é inédita e a última tentativa fora do governo de Passos Coelho, através dos designados contratos interadministrativos. Então, como agora, o processo foi imposto sem a auscultação dos trabalhadores docentes e não docentes, dos órgãos de gestão das escolas e das comunidades educativas, limitando-se a negociação ao governo à associação nacional de municípios e a dois partidos políticos. A participação de cada município limita-se à decisão sobre o ano em que entra no processo (2019, 20 ou 21).

Através deste processo, o poder central procura transferir competências para as autarquias locais, descartando-se de responsabilidades e livrando-se de insatisfações e protestos. Saem mais fragilizadas as escolas, que deixam de poder decidir sobre diversos domínios relativos ao seu funcionamento. Também as decisões sobre a rede escolar – por exemplo, a rede de cursos do ensino secundário e ensino profissional – passarão a ser da responsabilidade das comunidades intermunicipais e áreas metropolitanas, o que terá implicação direta em domínios, como a organização curricular das escolas e o seu corpo docente. Em respeito pela

Lei de Bases do Sistema Educativo, o pessoal não docente deveria manter-se sob tutela do Ministério da Educação e gerido pelas direções das escolas, situação que, no entanto, desde 2008, já vem deixando de acontecer, com a celebração dos chamados contratos de execução.

Estamos perante uma tentativa de reconfiguração do próprio sistema educativo, que põe em causa o caráter universalista da Escola Pública, fragiliza o papel do Estado quanto à definição e regulação do sistema educativo e abre espaço à privatização do serviço público de educação e ensino.

Nos países em que processo semelhante avançou, agravaram-se as assimetrias na Educação e a qualidade do ensino baixou, sendo exemplo maior a Suécia. Outros há que já abandonaram ou estão a abandonar experiências semelhantes – como a Islândia, que entrou para, mais tarde, reverter o caminho – face às perturbações e aos problemas introduzidos nas escolas, com consequência nos próprios resultados escolares dos alunos.

Este processo de municipalização está a desenvolver-se contra o que o pensamento académico e o próprio discurso político têm vindo a considerar indispensável: o desenvolvimento de um processo de construção da autonomia das escolas. Há, contudo, interesses mais elevados que se têm erguido, em torno dos quais unem aqueles que, contra os direitos dos portugueses, levam por diante uma estratégia objetivamente convergente de desmantelamento da Escola Pública de qualidade para todos.



DESCENTRALIZAÇÃO

“O debate sobre estas matérias nunca se pode dar por esgotado”

Licínio Lima, professor catedrático do Departamento de Ciências Sociais e da Educação, do Instituto de Educação, da Universidade do Minho, é hoje um dos maiores defensores da intervenção do Poder Local na Educação, a nível nacional e internacional.

Considera que o processo de municipalização da Educação em curso foi precedido de um amplo debate com a comunidade e os parceiros sociais, na tentativa de obtenção de maior consenso?

O debate sobre estas matérias nunca se pode dar por esgotado. Este processo foi precedido, em 2015, por um programa diferente do atual – Aproximar Educação –, e diria que, por essa razão também, o debate foi iniciado numa fase anterior, em que eu estive muito ativo na participação em debates e escrevi até um texto, que está publicado na revista Poder Local, e que retoma, de certa forma, um texto de opinião que foi o primeiro que escrevi sobre esta matéria, em 1987, na revista Cadernos Municipais, sobre a participação das autarquias na Educação. E esse texto está-me na memória, porque é curto e incisivo, no qual me declaro adepto da intervenção das autarquias do Poder Local na Educação. Nessa altura, sugiro até a existência de projetos educativos de âmbito municipal, pois considero que o reforço das competências dos municípios na Educação não pode ser feito nunca à custa da autonomia da escola. Face à legislação em vigor – Decreto-Lei nº 50/2018 –, e posteriormente para a Educação – Decreto-Lei nº 21/2019, não vejo vantagem, nos planos teórico e político-educativo, em falar de municipalização da Educação. Quando estudamos países que têm essa tradição, por exemplo, o Brasil, o conceito de propriedade de municipalização faz sentido. Neste caso, assiste-se a um reforço muito importante de competências para o poder municipal, isto é, a uma descentralização do Poder Central para o Poder Local.

Como avalia o atual modelo de administração e gestão das escolas e como perspetiva a sua adequação ao novo quadro resultante do processo de descentralização?

É uma das questões mais preocupantes, sendo favorável uma descentralização do sistema escolar português, que é tradicionalmente muito centralizado desde a época do Marquês de Pombal. Temos várias alternativas. A primeira, é descentralizar da Administração Central para a Administração

Local ou Regional. Algumas competências que agora são transferidas para os municípios, para as entidades supramunicipais ou intermunicipais, talvez devessem ser transferidas para órgãos regionais democráticos. Em todo o caso, sou um grande defensor da descentralização, e esta faz-se não só a nível regional e municipal, mas também institucional. E vejo esta questão como um tripé, em que passamos de um sistema monocêntrico para um sistema policêntrico da administração escolar. Este, na nossa situação atual, tem que ter, no limite, três partes: o Poder Central, porque o Governo tem a prerrogativa e o dever de ter uma política educativa nacional e de cumprir os requisitos que a constituição e a lei de bases do sistema educativo estabelecem. O outro pilar são os municípios. Se vamos fazer uma descentralização do centro para o Município, este passa a ter prerrogativas importantes. Parece-me democrático, porque a Autarquia é, no contexto da administração pública portuguesa, o órgão mais autónomo e descentralizado que temos. E há um terceiro parceiro, que é o elo mais fraco, que são as escolas.

E isso cria dificuldades?

Um dos problemas que temos neste momento é que estamos a descentralizar competências para os municípios. Não era o caso em 2005, em que tínhamos contratos administrativos. Não se compreende como é que a entidade mais autónoma do ordenamento jurídico-administrativo em Portugal estava interessada em ter competências delegadas. Temos muitos discursos e preâmbulos interessantes na legislação escolar sobre a autonomia, mas, na verdade, o que se pede é que as escolas e os agrupamentos façam a execução local das decisões políticas centrais e sejam autónomos na execução periférica das decisões centrais. Podemos ter uma descentralização democrática do Poder Central para o Município, mas depois é preciso perceber como é que cada Município vai usar as suas prerrogativas, o seu poder acrescido face às escolas da rede municipal. Nada garante que o faça de forma descentralizada. Creio que temos um risco sério, porque a autonomia da escola é insolar e fragmentada. Cada vez mais se fala de autonomia pedagógica, insolar, atomizada e curricular, ao invés de autonomia do ponto de vista do autogoverno.

Enquanto professor catedrático, considera que a municipalização coloca em causa o caráter universal da escola pública?

Não pode no plano constitucional político-democrático, mas pode no plano dos factos. Estudar o Brasil é sempre a recomendação que faço. Está muito avançado na municipalização, na qual verificamos que em grandes cidades, onde os recursos são muitos, a capacidade de investir na Educação, dos pontos de vista financeiro, técnico, pedagógico e de uma política municipal local, é muito maior.

Há pouco falámos da terciarização. Esta redundava no Brasil em privatização, o que é dramático e paradoxal. Temos de ter algum cuidado em Portugal. Seria um paradoxo que uma entidade democrática descentralizada e autónoma, como o Município, estivesse intencionalmente, ou não intencionalmente, a criar condições de privatização da escola pública. Falamos em terciarizar e adotar a lógica de contratos com empresas públicas, de fornecimento de bens e serviços, para lidar com as escolas. Em algumas matérias esta questão é estranha, porque embora se preveja que os diretores tenham certas competências, a verdade é que este é um dos assuntos potencialmente muito complicado. Eu deixo uma pergunta desse ponto de vista: qual é a grande organização importante que conhecemos que está preparada para abdicar da gestão, desenvolvimento e avaliação do pessoal? Eu não conheço nenhuma. As escolas e os agrupamentos vão abdicar de grande parte disso. Como se está a fragmentar e a isolar muito, a atomizar a dita autonomia da escola para o plano técnico-didático e curricular, tudo o resto parece deixar de ser educativo e pedagógico, que é um dos problemas nesta legislação.

Podemos dizer que a atual transferência de competências para as autarquias locais representa uma desresponsabilização do próprio Governo perante matérias que são da sua responsabilidade?

Eu aí tenho mais dúvidas. Não deslaçando de 2015, eu acompanhei o programa *Aproximar Educação*, que considero contraditório, e não vejo qualquer razão para qualquer Município português aderir. É um programa de desconcentração, de um contrato administrativo. Penso que a questão aqui está mais relacionada com a forma como isto vai ser executado e com aquela minha preocupação de há pouco: temos um sistema policêntrico, com três parceiros fundamentais, sendo um deles o elo mais fraco. É preciso ter muita vigilância crítica, no sentido de não estarmos a privatizar ou a mercadorizar elementos da cultura escolar através dos municípios. Comparando a Educação em Portugal com a do Brasil, já vejo vários sinais de mercadorização e privatização. Em todo o caso, diria que, estranhamente, um dos aspetos positivos para um efeito perverso, é que as escolas estão de certa forma defendidas de uma privatização e de um assédio empresarial para a prestação de serviços. Na maioria dos casos, as escolas não têm capacidade nem jurídica, nem financeira para assinar contratos desse tipo. Seria fatal que esta proteção, que a centralização operou, fosse agora contrariada pela lógica dos municípios. Ficaria na escola como um desastre em boa parte da responsabilidade dos municípios. O Poder Central tem sempre uma tarefa importante em qualquer regime descentralizado, que é o de garantir que a autonomia do Município, tal como a da escola, não é usada contra a democracia, a legislação fundamental do país e os direitos humanos. São precisas as tais três entidades num

sistema verdadeiramente policêntrico, de pesos e contrapesos, em que há debate, vigilância crítica, argumentação, reivindicação, e isso pode transformar o sistema escolar, em termos políticos e administrativos, efetivamente mais democrático.

Na prática, este processo não constituirá uma mera delegação de competências? Passarão as autarquias a ser executantes da política do Governo?

No programa *Aproximar Educação* é claro que isso acontecia. No plano jurídico, há indícios de que não é assim, porque se fala efetivamente de descentralização. Tudo isto depende das práticas, quer do Governo, quer das autarquias locais. Se isso ocorrer, temos que esperar por um Poder Local forte, interveniente e capaz de defender as populações. Lembro-me que o Poder Local, em alguns casos, bateu-se contra a lógica de reorganização da rede escolar, sobretudo, através da alteração de agrupamentos horizontais para verticais e da agregação de escolas não agrupadas. Pode vir a ser um problema dramático, se alguns municípios começarem a definir estratégias para colocarem os seus representantes ou as forças políticas que governam no Município como diretores das escolas. Em concelhos pequenos começa a passar-se. Politizámos, em sentido democrático, a escola depois do 25 de Abril, mas temos de reconhecer que conseguimos até hoje despartidarizar a gestão das escolas. É um facto notável.

Considera que o processo de descentralização de competências na área da Educação em curso passa ao lado ou promove a autonomia das escolas?

Não é possível, no plano jurídico-formal, antecipar o que vai acontecer. A leitura da legislação permite-nos ter algumas interrogações e preocupações. É preciso garantir que todas as atividades, dos edifícios à gestão do pessoal, Atividades de Enriquecimento Curricular, refeições, ação social, planeamento e à oferta da rede educativa local, tenham um projeto educativo e sejam orientadas segundo perspetivas educativas e pedagógicas, e não de racionalização, de mercadorização ou quaisquer outras, porque elas são atividades intrinsecamente educativas. E é essa a minha dúvida, porque sei que o Conselho Municipal de Educação é um órgão que está por provar, e não sei até que ponto tem a capacidade de velar pela Educação e pela pedagogia. Os municípios não são autónomos para dizerem que têm imensas competências relativamente à Educação escolar.

Este processo falha os principais objetivos de progresso da escola pública e pode criar uma dupla tutela?

Pode criar uma dupla tutela. Eu diria que é quase fatal que isso vá acontecer em alguns municípios. A legislação cria o quadro, mas, depois, são as relações sociais e a legislação que, na verdade, configuram os sistemas sociais. Eu lembro-



me sempre de um grande pedagogo de língua portuguesa, o brasileiro Paulo Freire, que, ao contrário do partido de que foi fundador, foi sempre favorável à municipalização da Educação. E nós temos um pensamento de mais de cem anos sobre estas questões. E, na teoria da Educação, é enunciado pelo norte-americano John Dewey – ainda hoje muito famoso no pensamento pedagógico –, que foi sempre a favor, quer da democracia na escola, quer de uma lógica de forte articulação com os municípios. Temos em Portugal um autor que foi muito influenciado pelas ideias de John Dewey – António Sérgio –, que escreve, em 1915, a Educação Cívica, propondo que a própria escola se organize e aja, do ponto de vista pedagógico, como um Município, uma cidade escolar, em que as leis e as regras são discutidas com as pessoas e os alunos. E essa influência vem também de um grande municipalista, que influenciou muito António Sérgio, que é o Alexandre Herculano. Ao longo do século XX tivemos reflexões sobre esta matéria que visaram provar como a intervenção dos municípios na Educação tem um alto potencial democrático. A democracia também tem riscos.

A municipalização é uma condição necessária para se assegurar uma educação de qualidade, progressista e inclusiva?

Não é uma condição. Depende do tipo de municipalização. Diria que uma descentralização da Educação me parece evidente. O problema que se põe aqui é que as escolas e os agrupamentos em Portugal estão inseridos na administração direta do

Estado. Podia ser moldada a partir de institutos públicos, mas prefiro uma descentralização para o Município, porque aí estamos a construir uma administração autónoma e a nível municipal. Se a breve trecho as escolas e os agrupamentos não virem reforçada a autonomia da escola, em termos de governação democrática, podem ficar numa situação de perda. As escolas não são suficientemente fortes em termos de legitimidade política e de órgão próprio de direção. Só vejo uma forma de tentar contrariar isto: balancear os tais pesos e contrapesos e reforçar o elo mais fraco para que ele deixe de o ser. E já vimos quem é o elo mais fraco numa administração deste tipo: as escolas e os agrupamentos.

Neste processo de descentralização, ainda é pouco claro o pacote financeiro que o Poder Local terá para desempenhar as novas competências. Isso poderá criar dificuldades?

No plano financeiro é fatal que isso suceda. Temos três décadas de um processo pontual, cirúrgico e de transferência de competências para os municípios. Aqueles que quiseram investir na Educação procuraram dar resposta às necessidades locais, bem como às comunidades escolares, e tiveram de fazer um esforço financeiro maior do que aquele que foi feito pelo Governo aos municípios, quando devolveu essas responsabilidades. Esta situação vai continuar. Temos neste momento em Portugal um parque escolar dual, com escolas em que dá gosto entrar, embora, muitas vezes, as condições de manutenção já não sejam as melhores. Creio que uma política deste género vai colocar uma enorme pressão sobre os municípios, havendo nesta legislação a ideia de que uma gestão de tipo municipal poderá racionalizar os custos. As autarquias vão perceber que a racionalidade económica em Educação é uma preocupação e que, em muitos casos, entra em choque com a racionalidade educativa. E quando estas tensões acontecem, as comunidades locais, os pais e encarregados de educação mais rapidamente sustentam e amplificam as vozes pedagógicas dos professores e educadores para reivindicar melhores condições do que se colocam ao lado das instituições que seriam responsáveis por fazer aquilo que não estão a fazer. Deste ponto de vista, fico satisfeito. A democracia é dialética, feita de tensões e muito exigente em termos de apreciação dos próprios programas para a Educação, constituindo uma aprendizagem para todos. Os municípios têm aqui uma força importante que se sobrepõe a esta situação multiseccular, de um sistema educativo esmagado por instâncias burocráticas centralizadas. O Ministério da Educação é um aparelho burocrático gigante que permanece para além dos ministros e que se especializou, durante duzentos anos, em esmagar as escolas e as comunidades escolares. Portanto, é uma força organizada com imensos recursos em termos de relações assimétricas. Tudo o que seja enfraquecer este poder, na sua lógica mais controladora, administrativista, e menos democrática, tem um elevado potencial.

MAIS PERTO DE SI!

Investir no futuro



Sob o lema *Investir no Futuro*, a Câmara Municipal de Loures organizou a iniciativa *Mais Perto de Si! – Educação*. Foram dois dias de visitas a escolas do concelho, auscultando a comunidade escolar, bem como de reuniões e encontros com profissionais, que serviram para exigir maior investimento nesta área que está no centro das prioridades do Município. O Executivo Municipal começou por visitar o Departamento de Educação da Câmara de Loures, contactando com os trabalhadores que, todos os dias, fazem a ligação da Autarquia com a comunidade escolar.

O segundo ponto de paragem foi no IPTrans – Escola Profissional de Loures, local onde foi dado a conhecer o projeto de expansão desta instituição, que forma, essencialmente, jovens nas áreas do transporte e da logística, duas áreas que o Município de Loures está fortemente empenhado em desenvolver.

Necessidade de investimento

De seguida, o presidente da Câmara Municipal, Bernardino Soares, acompanhado pelo vice-presidente, Paulo Piteira, e pelo vereador com o pelouro da Educação, Gonçalo Carço, deslocaram-se até à Escola Secundária José Afonso, em Loures, observando, *in loco*, as diversas carências da escola ao nível das infraestruturas e aproveitando para exigir mais e melhores respostas do Ministério da Educação.

Na ocasião, o presidente da Autarquia criticou o desinvestimento das últimas décadas, frisando que as condições de trabalho são muito más em alguns estabelecimentos escolares. “Esta escola é um exemplo de como o Ministério da Educação se prepara para passar, para os Municípios, escolas com necessidades estruturais de investimento. Só no concelho de Loures, há necessidades de investimento na ordem dos 50 milhões de euros”, garantiu.

Escola para todos

A Escola Básica Bartolomeu Dias, em Sacavém, foi o destino seguinte, e onde foi possível observar o trabalho realizado junto de crianças com necessidades de saúde específicas, na Unidade de Multideficiência que foi alvo de requalificação do espaço na pausa letiva, bem como de uma sessão do projeto municipal *Musicarte* e o acompanhamento do transporte adaptado disponibilizado pelo Município.

A deslocação ao polo de Sacavém da Academia dos Saberes e da Escola Artística de Música do Conservatório Nacional, que se seguiram, permitiram contactar com duas realidades distintas: a primeira, com a educação ao longo da vida, através de aulas para a população sénior do concelho, e a segunda, com o ensino da música a crianças e jovens do Município.

O primeiro dia da iniciativa *Mais Perto de Si! – Educação* terminou com uma reunião extraordinária do Conselho Municipal de Educação de Loures, no qual foi debatida a transferência, para os municípios, de competências na área da Educação, encontro que contou com a presença do professor João Pinhal.

Mais serviços e espaços renovados

A visita à Escola Básica da Portela, onde se encontram a decorrer obras de ampliação e requalificação, num investimento superior a um milhão de euros, marcou o arranque do segundo dia da iniciativa *Mais Perto de Si! – Educação*. Uma intervenção que irá permitir a realocação da Unidade de Ensino Estruturado, dotando-a de melhores condições para os alunos, a integração de todas as salas de Jardim de Infância no edifício, e ainda a melhoria das condições do serviço de refeições, com a remodelação e ampliação da cozinha e do refeitório.

Também os projetos municipais do programa *Educação com Arte* estiveram em destaque. Na Escola Básica nº 2 da Bobadela foi possível apreciar uma sessão dos alunos



do 3º ano no âmbito do projeto *Dançarte*, e na Associação Beneficente de Ajuda, em Santo António dos Cavaleiros, assistir a uma sessão do projeto municipal *Músicos de Palma e Meio* dirigido às crianças da educação pré-escolar. Na visita à Escola Básica General Humberto Delgado, em Santo António dos Cavaleiros, foi possível visitar a escola e os seus projetos, bem como as obras efetuadas durante a pausa letiva, nomeadamente ao nível da pintura exterior dos edifícios deste equipamento escolar. O período da tarde teve início com a visita à Escola Básica do Fanqueiro, e com uma aula de atividade física integrada nas Atividades Extracurriculares (AEC), bem como ao espaço destinado às Atividades de Tempos Livres (ATL),

que a breve trecho será alvo de uma ampliação, de forma a dar resposta a todos os alunos que frequentam este equipamento e necessitam deste serviço. Já na Escola Básica de Bucelas a requalificação do campo de jogos, pintura exterior dos edifícios, a nova sala de jardim de infância e o novo espaço para ATL que marcaram a visita a este equipamento escolar.

A fechar estes dois dias da iniciativa *Mais Perto de Si! – Educação*, a visita à Escola Básica da Apelação no âmbito da Educação de Adultos que, este ano letivo, conta já com doze turmas, só naquele equipamento escolar. Um número significativo que revela os frutos do trabalho que tem vindo a ser feito, ao longo dos últimos anos, junto da população.



A aventura de crescer e o risco de não arriscar

Rita Cordovil

Faculdade de Motricidade Humana - Universidade de Lisboa

O risco está sempre presente ao longo do desenvolvimento desde que nascemos. Quando começamos a dar os primeiros passos arriscamo-nos a cair, e todos nós caímos; quando brincámos num parque infantil ou na rua provavelmente também fizemos algumas nódoas negras e esfolámos os joelhos; e quando nos deslocamos na cidade também estamos cientes que há diferentes riscos, com os quais temos de lidar como os relacionados com o tráfego automóvel. Apesar de sabermos que o risco está sempre presente, existe atualmente na nossa sociedade uma forte aversão ao risco e uma tendência natural para protegermos as nossas crianças. Parece que se instalou na nossa sociedade uma cultura de medo, que tem condicionado fortemente a forma como a infância é vivida. Nas últimas gerações, a liberdade de ação das crianças tem diminuído drasticamente e tem havido um crescimento do controlo e supervisão por parte dos adultos. Os pais de hoje passam muito mais tempo a vigiar as crianças do que os pais das gerações anteriores, e uma das razões para isto acontecer é o medo que têm de deixar as crianças brincarem sem supervisão. No entanto, na ânsia de proteger as crianças, podemos estar a limitar o seu desenvolvimento. Um estudo que se encontra a decorrer no Laboratório de Comportamento Motor, a Faculdade de Motricidade Humana tem avaliado o comportamento de bebés perante situações de risco (um precipício real e uma superfície com água). Neste estudo, o bebé é colocado numa mesa revestida por um padrão quadriculado. Numa das extremidades da mesa não existe qualquer proteção para a queda (precipício real), prolongando-se o padrão quadriculado pela parede do abismo até ao solo, oferecendo ao bebé uma perspetiva visual da profundidade. Na extremidade oposta (precipício aquático) existe uma cuba de água em acrílico transparente que dá a ilusão de ser profunda. Depois do bebé ser colocado na mesa, é pedido à mãe que se dirija para o precipício real ou aquático, incentivando-o a ir ter com ela. Se o bebé decidir avançar para qualquer um dos precipícios, a sua queda é evitada por um sistema de segurança semelhante ao da escalada. Os primeiros resultados desta investigação (Burnay, & Cordovil, 2016) revelam que as crianças com mais tempo de experiência a gatinhar, e não necessariamente as mais velhas, têm uma menor probabilidade de avançar no precipício. Outros estudos já tinham testado crianças em precipícios visuais (com um vidro que se prolonga da mesa até à mãe) ou em precipícios reais, mas com o investigador muito próximo do bebé para o agarrar se ele caísse. Mesmo nessas situações, em que o risco é menos evidente, os bebés com mais experiência a gatinhar evitam avançar para ir ter com a mãe. O conjunto destes resultados indica claramente que a experiência locomotora é fundamental para que as crianças aprendam a lidar com o risco. Bebés com mais experiência a gatinhar aprendem a conhecer melhor o que podem ou não fazer quando gatinham.

A importância da experiência não se limita às primeiras formas de locomoção das crianças. Na gestão do risco que devemos permitir às nossas crianças, convém ter sempre em consideração o tipo de risco e a idade e nível de desenvolvimento da criança. Ao longo do desenvolvimento, as crianças necessitam de segurança, mas também de oportunidades para aprenderem a lidar com o mundo que as rodeia. Há três argumentos principais a favor do contacto das crianças com o risco ao longo do desenvolvimento:

- A experiência em envolvimentos com certos tipos de risco ajuda as crianças a lidarem com esses riscos. Este pressuposto está por trás de iniciativas que visam fornecer competências às crianças que as ajudem a lidar com o risco, como por exemplo ensinar as crianças a nadar ou a andar sozinhas na rua;
 - Grande parte das crianças gosta de risco e procura situações arriscadas. Este pressuposto fundamenta iniciativas como a criação de parques de skate, por exemplo, ou de parques onde as crianças possam praticar atividades que sejam desafiantes, em vez de as praticarem na rua, no meio dos carros;
 - A experiência com o risco, além de ensinar as crianças a lidarem com o risco, tem outros benefícios a nível do desenvolvimento. Ao lidarem com o risco e ao ultrapassarem situações desafiantes as crianças tornam-se mais autoconfiantes, empreendedoras e satisfeitas com a vida. A preocupação excessiva com o risco que existe na sociedade atual pode impedir que as crianças se desenvolvam plenamente e contribui para uma iliteracia motora cada vez maior. O desenvolvimento das crianças deve ser um processo de ganho progressivo de autonomia, no entanto, a conquista de autonomia parece ter vindo a ser cada vez mais posta em causa. Alguns estudos referem que a vida das crianças cada vez se assemelha mais à dos prisioneiros: ambos têm um teto sobre a cabeça, refeições a horas certas, algum entretenimento, supervisão constante e não podem sair à rua sozinhos. A detenção forçada e as restrições em relação ao que as crianças fazem com o seu tempo diminuem seriamente a sua qualidade de vida. Na realidade, muitas das atividades que as crianças das gerações anteriores experimentaram (como subir às árvores, jogar às escondidas, à apanhada ou futebol na rua), são hoje consideradas perigosas e os adultos que as permitem são muitas vezes rotulados como irresponsáveis. No entanto, limitar excessivamente a ação das crianças pode também ser uma atitude pouco responsável e com graves consequências para o seu desenvolvimento físico, social e emocional.
- O paradoxo é que, para que uma criança se desenvolva em segurança tem de experimentar situações de risco, tem de conseguir avaliar o risco e as consequências das suas ações, e dificilmente o fará se nunca tiver oportunidade de arriscar.



LOURES

Beneficiação de instalações escolares



O ano letivo 2019/2020 no concelho de Loures está a ser marcado por um conjunto de intervenções no parque escolar, que ascendem já a três milhões de euros, num esforço municipal total previsto, para os próximos anos, de mais 12 milhões de euros.

A Câmara Municipal de Loures procedeu à realização de 62 intervenções em equipamentos escolares do concelho com o objetivo de dotar as escolas de melhores condições de ensino e aprendizagem.

As obras de requalificação contemplaram intervenções de diferente ordem: pinturas exteriores e interiores dos edifícios, pavimentos interiores, instalações sanitárias, estores interiores, caixilharia, cozinhas (equipamentos), mobiliário, novas salas de aula, de jardim de infância e atividades, logradouros, telheiros, redes de ginásio, campos de jogos,

proteção de escadas, requalificação das unidades de ensino especializado para alunos com necessidades específicas de saúde. O investimento veio permitir criar melhores condições de ensino à comunidade escolar do concelho, bem como reforçar algumas áreas deficitárias existentes nos equipamentos escolares. O grande destaque vai para a criação de novas salas de aula de 1º ciclo e de jardim de infância, reduzindo turmas com horários duplos e aumentando a resposta às listas de espera nos jardins de infância. Este investimento veio igualmente permitir remodelar cozinhas e refeitórios, por forma a garantir que mais escolas possam assegurar a confeção local das refeições. A requalificação dos logradouros e campos de jogos foi também contemplada neste investimento, contribuindo para uma melhor prática desportiva e de recreio das crianças do Município de Loures.



Escola Básica nº 1 de Apelação

- » Remodelação da sala de atividades de animação e apoio à família do jardim de infância;
- » Requalificação do logradouro.

Jardim de Infância de Apelação

- » Pintura exterior do edifício;
- » Substituição de estores interiores.

Escola Básica nº 1 da Bobadela

- » Novas salas de aula do 1º ciclo.

Escola Básica nº 2 da Bobadela

- » Nova sala de aula do 1º ciclo;
- » Substituição de estores interiores;

- » Instalação de sistema de ar condicionado.

Escola Básica nº 3 da Bobadela

- » Requalificação do logradouro com a colocação de novos equipamentos e marcações no campo de jogos.

Escola Básica de Bucelas

- » Pintura exterior dos edifícios;
- » Nova sala de jardim de infância;
- » Nova sala de atividades;
- » Reimplantação do campo de jogos.

Escola Básica nº 4 de Camarate

- » Pintura exterior completa do edifício;
- » Pinturas interiores do edifício;
- » Requalificação das

- instalações sanitárias;
- » Substituição de estores interiores.

Escola Básica de Fetais

- » Requalificação do logradouro.

Escola Básica da Quinta das Mós

- » Requalificação do logradouro (proteção de escadas) e colocação de tela de ensombramento.

Escola Básica do Fanqueiro

- » Substituição do portão do pavilhão desportivo.
- » Criação salas de atividades.

Escola Básica do Infantado

- » Nova sala de atividades.

Escola Básica de Santo Antão do Tojal

- » Colocação de telheiro no logradouro.

Escola Básica de A-das-Lebres

- » Pinturas exteriores do edifício;
- » Remodelação das instalações sanitárias.

Escola Básica de Fanhões

- » Requalificação das instalações sanitárias;
- » Intervenção ao nível da caixilharia;
- » Remodelação da sala de atividades de animação e apoio à família do jardim de infância.

EB de Casaiinhos

- » Colocação de tela.

Jardim de Infância do Tojalinho

- » Criação de nova sala de jardim de infância.

Escola Básica da Fonte Santa

- » Requalificação do logradouro (proteção de escadas)
- » Colocação de redes no ginásio.

Escola Básica de Montemor

- » Pintura exterior do edifício e dos muros de vedação;
- » Pinturas interiores do edifício.

Escola Básica de Loures

- » Pintura exterior dos edifícios e dos muros de vedação.

Escola Básica de Lousa

- » Pavimentos interiores do edifício.

Escola Básica de Vale Figueira

- » Reparações em sala de aula do 1º ciclo.

Escola Básica nº 2 de São João da Talha

- » Pinturas exteriores do edifício;
- » Reparações de Caixilharia.

Escola Básica de Santa Iria de Azóia

- » Pintura exterior de um edifício.

Escola Básica da Via Rara

- » Requalificação do logradouro
- » Redes no ginásio para

proteção das placas do teto falso.

Escola Básica da Bela Vista

- » Nova sala de atividades.

Escola Básica Fernando de Bulhões

- » Substituição dos pavimentos interiores.
- » Colocação de tela.

Escola Básica General Humberto Delgado

- » Pintura exterior dos edifícios.

Escola Básica Bartolomeu Dias

- » Substituição de estores interiores;
- » Substituição de telheiros em fibrocimento em parceria com o Agrupamento de Escolas;
- » Requalificação do Centro de Apoio à Aprendizagem.
- » Colocação de tela.

Escola Básica de Sacavém

- » Colocação de estores.

Escola Básica Dr. Catela Gomes

- » Adaptação da cozinha a confeção local.
- » Colocação de redes no ginásio.

EB do Catujal

- » Substituição de estores.

**PISCINAS MUNICIPAIS**

Adaptação ao Meio Aquático para alunos do 1º ciclo



Desde o início do ano letivo 2019/2020 que a Câmara Municipal de Loures está a proporcionar aos alunos do 1º ciclo da rede escolar do concelho aulas de Adaptação ao Meio Aquático (AMA).

Este projeto abrange mais de cinco mil crianças e resulta de uma parceria com a GesLoures, permitindo a cada aluno a frequência de uma aula semanal por período letivo.

As aulas decorrem nas piscinas municipais, localizadas em Loures, Santo António dos Cavaleiros, Portela e Santa Iria de Azóia. Para esta atividade, a Câmara Municipal garante o acesso gratuito às piscinas e os recursos humanos necessários para a dinamização do projeto e respetivo acompanhamento, assim como o transporte, incluindo funcionários que acompanham as crianças durante todo o tempo.

Cada aluno está a receber um conjunto de material de apoio à prática da atividade, composto por saco, touca e toalha de microfibras.

Com este projeto, a Câmara Municipal de Loures pretende proporcionar um conjunto de atividades aquáticas e uma prática desportiva considerada importante para o desenvolvimento dos alunos.

No final de cada período letivo realizam-se nas piscinas municipais festivais, nos quais as crianças demonstram aos familiares os conhecimentos que aprenderam durante as aulas.

No próximo ano letivo, o Município vai alargar este projeto aos alunos do 1º ano do escolaridade.

LOURES

Pessoal não docente assegura bom funcionamento das escolas

Em Loures, o universo de pessoal não docente representa já uma grande parte dos funcionários da Autarquia, distribuídos pelas várias valências, que vão do pré-escolar ao 3º ciclo do ensino básico.

O papel que pessoal não docente assume nas escolas tem-se revelado cada vez mais essencial, não só porque asseguram o seu bom funcionamento em todas as suas vertentes, mas também porque contribuem para o desenvolvimento psicossocial dos milhares de crianças e alunos que com eles se cruzam no seu percurso escolar.

Supervisores, cuidadores, amigos e muitas vezes até confidentes dos alunos, estes profissionais são cada vez mais envolvidos na vida das escolas, participando ativamente em atividades, projetos e, nalguns casos, até em processos mais complexos.



Idalina Villar

41 anos

Assistente operacional no jardim de infância da Escola Básica nº 3 de Sacavém, revela que gosta muito do que faz e “não trocaria o jardim de infância por nada”. A trabalhar desde os 17 anos, lembra que gosta de “acompanhar o desenvolvimento das crianças desde que

entram aos 3 anos”. No trabalho que desenvolve em sala com a educadora, lembra que é muito importante “haver comunicação e um bom trabalho de equipa, para que tudo funcione”.

E depois “há sempre um nariz para limpar, um menino que ficou maldisposto e é preciso mudar”, para além de todo um conjunto de tarefas diárias.

Receber “as crianças, os recados, os casacos”, é neste contacto com os pais que “ficamos a saber se passou bem a noite, ou se há algum problema”. Acompanham ainda as crianças nas refeições, nos recreios e fazem todas as tarefas inerentes à limpeza e manutenção dos espaços.

Mas para Idalina, o que mais lhe custa é quando entrega “os diplomas aos meninos de cinco anos. É a despedida e ‘desmancho-me’ sempre”, confessa.



Sónia Joaquim

40 anos

Assistente operacional na Escola Básica de Montemor, onde dá apoio ao primeiro ciclo. “Aqui fazemos um pouco de tudo. Faço recreios, ajudo a dar almoços, apoio às salas, limpeza, um pouco de tudo”, afirma, acrescentando que se sente muito realizada nestas funções.

“Amo o que faço”. Para Sónia, o trabalho do pessoal não docente é dos mais importantes. “Nós somos a cara da escola. Nós é que estamos ao portão, recebemos os pais, damos informações. Nós é que temos o primeiro contacto com a criança”, relembra e “os pais valorizam muito o nosso trabalho”.

O facto de estar afeta a uma escola pequena e muito familiar permite também “dar um apoio diferente daquele que conseguiríamos dar numa escola com muitos alunos, e isso é compensatório. Eu sei dizer a cada pai o que eles comeram ou não comeram e acho que isso é muito importante”. “Eu aqui sinto-me em casa, em família”, revela. “Isto é a minha vida, é onde eu quero estar para fazer crianças felizes”.



Graça Antunes

50 anos

Trabalha na Unidade de Apoio a Alunos com Multideficiência (UAAM) da Escola Básica Maria Veleda, em Santo António dos Cavaleiros.

“É uma experiência muito bonita trabalhar com estas crianças. Um desafio todos os dias, mas estou a gostar muito”.

“Comecei a trabalhar na portaria da escola e, este ano,

houve a hipótese de vir para a Unidade e vim porque gostava de ter esta experiência, com estes meninos”, revelou.

Graça tem a responsabilidade de administrar a medicação a algumas das crianças e de iniciar o trabalho planeado. “Marcam a presença” e começam “uma atividade até à chegada da professora”. A meio da manhã “ajudamo-los a fazer o pequeno almoço e comemos aqui todos juntos”. Apesar de estarem grande parte do tempo num espaço adaptado às suas necessidades e atividades, estas crianças fazem o recreio com os outros e acompanham algumas aulas em sala. “À quinta-feira vamos com eles à piscina”. Graça, e outra colega afeta à Unidade, acompanham de perto e ajudam em todas as atividades ao longo do dia. “Estes meninos precisam muito de afeto e nem todos os dias estão bem”. Graça lembra que este é “um trabalho totalmente diferente” e que, por isso, apesar de aprenderem muito e de se sentirem muito apoiadas pelas professoras da Unidade, deveriam ter “uma formação especial”, que lhes permitisse, não só conhecer melhor as patologias, mas também algumas técnicas e procedimentos mais adequados para ajudar no desenvolvimento destas crianças. Apesar disso, considera o seu trabalho “muito bonito”. “Trabalhei 36 anos em contabilidade e cansei-me. Resolvi vir para aqui e estou muito feliz. Se soubesse já tinha vindo há mais tempo”, revelou.



Isabel Antunes

48 anos

Desempenha funções de encarregada operacional, na Escola Básica João Villaret, no Infantado. “Sou muito feliz a fazer este trabalho e não trocava. Inclusive já me têm dito porque não concorro para assistente técnica, porque era mais tranquilo, mas não”.

Isabel coordena, desde 2011, uma equipa de 30 assistentes

operacionais. “Não é fácil porque são pessoas com idades, mentalidades e ideologias muito diferentes e agradar a todos nem sempre é possível”, lembra, mas “esforço-me por termos uma boa relação entre colegas e acho que, de uma maneira geral, consigo manter a equipa satisfeita”. Mas, neste trabalho “não

podemos cortar unhas rentes’. Hoje dou-lhes eu e amanhã elas dão-me a mim. Não posso só exigir que as pessoas me ajudem e quando precisam, eu dizer que não. É importante tentarmos compreender quando pedem para sair mais cedo para resolver um assunto, ou porque têm alguém doente, porque sei que, no dia que precisar delas, para ficarem mais algum tempo, elas também ficam”. Ainda no âmbito das suas funções, Isabel revela que é “um bocadinho o ‘apaga fogos’, o ‘tapa buracos’. Faço um bocadinho de tudo. Organiza o pessoal, coordena, distribui funções, ajuda no que é preciso. Quando falta alguém é necessário fazer o lugar das colegas e, às vezes, também é preciso levantar-lhes o moral”, afirma com um sorriso.

Apesar de serem funções muito específicas e que visam na sua essência coordenar um grupo de assistentes operacionais, Isabel nunca perdeu a proximidade com os alunos.

“A minha porta está sempre aberta”, mas também lembra que passa pouco tempo na sua sala. O trabalho administrativo que tem em mãos muitas vezes só consegue fazer ao final do dia, porque “há sempre um que se magoa, que é preciso chamar a ambulância ou ligar aos pais”, para além disso, à hora do almoço “também faço a vigilância, a prova e o relatório da refeição”.

No fundo, Isabel acaba ainda assim por ter “muita proximidade com os miúdos” e recorda que não sabe se “conseguiria ser de outra maneira, porque acho que nasci para eles e não me via a fazer outra coisa a não ser estar com os meninos. Neste momento não me vejo nem noutra sítio, nem noutra trabalho”.



Ana Filipa Soares

38 anos

Assistente técnica, a desempenhar funções na secretaria da Escola Secundária de Sacavém, recorda que não gosta de estagnar, “gosto de aprender coisas novas”. Estava a trabalhar como assistente operacional, desde 2008, numa escola do Catujal, quando resolveu

concorrer para estas funções. Teve “algum receio por ser uma atividade nova” e muito diferente do que fazia, “mas também porque podemos encontrar alguém que não está disposto a ensinar-nos, mas felizmente não foi o caso”. Neste momento, está a trabalhar na secretaria, onde gere “tudo quanto é processos de alunos do agrupamento, desde o jardim de infância até ao secundário”, fazendo a ponte entre alunos, pais e professores. No entanto, vai, a curto prazo, ‘abraçar’ um novo desafio, proposto pela direção do agrupamento. “Vou passar para tesoureira. Para mim vai ser um desafio e eu não viro a cara aos desafios. Quero muito aprender coisas novas”, revelou. Uma evolução profissional que Ana Filipa tem vindo a conseguir, ao longo dos últimos anos, e reveladora do respeito que o Município de Loures tem por estes trabalhadores que, diariamente, acompanham as crianças e alunos das escolas do concelho.

Respeito pelo direito a estudar, a evoluir pessoal e profissionalmente, para assim prestarem um trabalho, cada vez melhor e mais proativo, nas escolas da rede pública do Município.

Boas-práticas

Escolas com projetos inovadores



As boas-práticas na educação têm vindo, ao longo dos últimos anos, a revelar-se uma das formas mais eficientes de melhorar resultados, não só ao nível da aprendizagem, mas também do desenvolvimento pessoal e social de alunos, professores e de toda a comunidade educativa.

Projetos ambientais, culturais, sociais, sempre numa vertente de aprendizagem, e que representam, hoje, uma parte muito importante do trabalho desenvolvido nas escolas. Uma nova forma de envolver os alunos, de os cativar e despertar para temas que saltam dos livros e ganham forma de projetos que os motivam a trabalhar em conjunto. E as escolas de Loures também são disso exemplo.

Agrupamento de Escolas João Villaret

Na Escola Básica João Villaret, no Infantado, a professora Paula Pinheiro desenvolve, desde do ano letivo de 2017/2018, com uma das suas turmas, projetos interdisciplinares que são exemplo de boas-práticas. “Nesse ano letivo identificámos um problema que se relacionava com o lixo, não só na turma, mas em toda a escola”, recorda. E não foi necessário mais nada para “começarmos a idealizar todo um projeto” que permitisse reverter a situação e

sensibilizar para esta problemática. Com a ajuda da metodologia do PMI Portugal nas Escolas (Project Management Institute), que auxilia na gestão do projeto, através de ferramentas que facilitam o planeamento, a monitorização e avaliação, foi possível começar a ‘dar corpo’ ao projeto a que chamaram *Geração menos lixo, no chão, menos poluição*. E a partir daí nunca mais pararam. Envolver a restante comunidade escolar era o passo seguinte e, por isso, começaram por organizar *ploggings* dentro da própria escola. “Começámos a fazer recolhas de lixo na escola e a incentivar os alunos que estavam no recreio a juntarem-se à turma”, relembra a professora. “Logo na primeira recolha foram 1000 litros de lixo, o que foi um bocadinho assustador”, revelou. Mas as ‘portas’ estavam abertas e agora era preciso dar continuidade ao trabalho. Ao longo do ano foram desenvolvendo várias atividades dentro e fora da escola, com intuito de sensibilizar e consciencializar toda a comunidade para a importância da recolha, separação e tratamento dos resíduos. “A escola colocou ecopontos no refeitório. No bar deixámos de ter copos de plásticos e passámos a utilizar os de papel”, referiu a professora, acrescentando que “o que foi possível, mudámos logo, mas ainda há muito a fazer para ir ao encontro dessa consciencialização”.

Bordalo II

As mudanças começavam a ser perceptíveis em pequenas coisas, no entanto, era preciso fazer algo que captasse verdadeiramente a atenção de todos. E assim surge o ‘sonho’ de trazer à escola o Bordalo II. Um jovem artista que utiliza a arte urbana para expressar as suas ideias, através de trabalhos únicos em que o ‘lixo’ é a principal matéria-prima, chamando atenção para a utilização excessiva de plásticos e para a reciclagem. E, contra todas as expectativas, “no dia 1 de outubro, Bordalo II veio à nossa escola implantar o nosso Choco”, mencionou a professora.

Plastic Fab Lab

Aproveitando a presença de Bordalo II na escola, os alunos lançaram-lhe o repto de apadrinhar o projeto que estão agora a iniciar, o *Plastic Fab Lab João Villaret*.

A ideia é criar um centro de reciclagem de plástico permanente, onde “vamos poder triturar, transformar o plástico em produtos valiosos para nós, como artigos decorativos para usar no bar da escola, artigos para uso pessoal e até fazer uma venda desses produtos. Uma das ideias é criar peças para construir uma parede de escalada, para servir à disciplina de educação física”, explicou a professora.

“Este ano não queremos ficar apenas na sensibilização e consciencialização individual”, e, por isso, candidatamo-nos ao programa *ODS@Loures*, que resulta de uma parceria entre o PMI, a Hovione e a Câmara Municipal, com o intuito de receber apoio financeiro para “a aquisição do espaço físico de laboratório, mas também de máquinas que fazem todo o processo de trituração e modelação do plástico em produtos novos”, revelou.

Agrupamento de Escolas São João da Talha

Numa área completamente distinta, o Agrupamento de Escolas de São João da Talha desenvolve também um conjunto de projetos que fomentam as boas-práticas, mas que visam, na sua

essência, melhorar o ensino através da implementação de novos métodos e técnicas inovadoras de aprendizagem.

E é, precisamente, neste contexto que surgem as candidaturas ao programa europeu *Erasmus +*. “O que é que nós temos, para onde queremos ir e o que podemos fazer com a ajuda do Erasmus para alcançar os nossos objetivos”, eram algumas das perguntas que se colocavam à professora Maria da Luz Fragoço, coordenadora de alguns dos projetos *Erasmus +*, que encara como “uma oportunidade de inovação, de mudança, e de internacionalização de uma escola, com o fim último de melhorar a aprendizagem dos alunos”, referiu.

“Criámos um centro de apoio aos professores que vão em mobilidade, onde lhes damos todas as condições de preparação linguística, dando a conhecer os objetivos dos cursos em que vão participar e uma fundamentação teórica que lhes permita estarem preparados e dentro do conteúdo que vão trabalhar. E é também este centro que faz toda a monitorização da mobilidade, estando em contacto permanente”, explica. No regresso, os professores “disseminam em *workshops*” as suas aprendizagens, fazem um balanço da experiência e “terminamos o projeto com uma conferência. É uma grande dinâmica”, revelou Maria da Luz.

O professor José Cruz desvenda um pouco daquilo que é a Ação-Chave 2, do *Erasmus +*, em que “passam a ser os alunos o objeto da mobilidade”, refere. “Neste momento temos um total de dez projetos a decorrer em simultâneo, com várias pessoas envolvidas e a coordenar, com mais de uma dezena de escolas e parceiros na Europa”. Os programas de mobilidade com alunos duram, em regra, uma semana. José Cruz explica que “têm aulas e horários como se fossem alunos de lá e, para além disso, têm atividades relacionadas com o projeto”, sendo a escola responsável por organizá-los.

“Muitos destes alunos nunca saíram de Lisboa e vão, pela primeira vez, ter uma experiência de apanhar um avião, de estar com outras pessoas fora do seu próprio meio e depois vão também acolher os alunos das outras escolas em sua casa, vivenciando experiências que os tornam mais tolerantes e mais abertos para os outros”. Dois anos depois de entrarem nesta experiência, em 2016, começaram também a receber alunos de outros países, recorda José Cruz. “Tivemos que escolher alunos cujos pais estivessem recetivos e tivessem condições para os receber. Explicando muito bem como era o processo”. E neste momento já têm um grande número de pais que não se importam de receber alunos estrangeiros em sua casa. “E o que sinto é que existe uma maior tolerância e respeito uns pelos outros, e um adaptar de práticas que favorecem também a aprendizagem”, acrescenta.

Uma das escolas básicas do agrupamento participa num projeto com outros quatro países – Croácia, Espanha, Grécia e Letónia –, cuja temática é a integração de refugiados.

“Os 300 alunos da escola estão envolvidos”. Comunicam e partilham trabalhos com os alunos dos outros países através da plataforma *eTwinning*, e “eles ficam diferentes”, revela a professora. “A postura das crianças nas relações sociais torna-se mais amistosa, mais tolerante e com maior respeito pelas situações”.

Computadores e internet

Novas tecnologias reforçadas nas escolas



O Município de Loures concluiu um processo de entrega de 349 computadores às escolas do 1º ciclo e jardins de infância, num investimento de mais de 167 mil euros.

O objetivo é dotar todas as salas de aula do 1º ciclo, salas de educação pré-escolar, biblioteca e unidades de apoio à escola inclusiva de um computador e ainda a afetação de um computador portátil a todas as unidades educativas para apoio ao trabalho das coordenações escolares.

Ao mesmo tempo, a Autarquia está a investir mais de 271 mil euros na instalação de rede *Wi-Fi* nos estabelecimentos escolares.

Novo mobiliário

Em dezembro último teve início a segunda fase de entrega do novo mobiliário para diversas escolas do concelho. Um investimento total superior a 255 mil euros para renovar mobiliário em salas de aula, refeitórios e bibliotecas escolares.

Já em janeiro de 2020 ficou concluída a instalação de 164 aquecedores a 16 escolas do concelho.

Tratou-se de um investimento da Câmara Municipal de Loures que ultrapassou os 40 mil euros. Os equipamentos foram distribuídos nas seguintes escolas: básicas de Bucelas, Fernando Bulhões, Sacavém, Bartolomeu Dias, Prior Velho, Santo António dos Cavaleiros, Murteira, Montemor, nº 5 e nº 6 de Santa Iria de Azóia, Bela Vista, nº 5 de Camarate e Unhos, bem como nos jardins de infância de Pinteus, Quinta de São José e Salemas.

Com esta medida, o Município pretende garantir melhores condições de aprendizagem às crianças do concelho.



Escola segura, dinâmica e promotora do sucesso escolar

Cristina Gaspar

Presidente do Concelho Executivo da Associação do Grupo Família da Escola Secundária de Camarate

A nossa Associação de Pais e Encarregados de Educação (APESC) pertence à Escola Secundária de Camarate, situada no Bairro Angola.

Nasceu do projeto de alguns pais que, com alguma insistência e perseverança, foram resistindo, muitas vezes, à descrença de outros pais. Mas traçámos os nossos objetivos e iniciámos a nossa caminhada em setembro de 2018.

A APESC tem como principal objetivo representar os pais e encarregados de educação junto dos órgãos que tutelam a escola e outras instituições que estejam envolvidas na educação e formação dos nossos jovens.

Pretendemos fomentar uma colaboração efetiva entre todos os intervenientes no processo educativo, participando na

construção de uma escola segura, dinâmica e promotora do sucesso escolar.

Visamos, também, a intervenção na resolução dos problemas respeitantes à educação, que se coloquem ao nível da nossa escola, participando sempre como parceiros, junto da direção, bem como dos órgãos autárquicos e outras entidades, de modo a facilitar o exercício dos direitos e cumprimentos dos deveres que cabem aos pais e encarregados de educação. Tendo sempre presente que, independentemente do estatuto hierárquico que cada um foi instituído, somos um só. Associação Grupo Família, porquê? Porque acreditamos que o sucesso escolar dos alunos, em geral, depende muito do envolvimento dos pais e familiares na vida da escola.



Intervenção precoce como alicerce da inclusão

Equipa Local de Intervenção de Loures

A Intervenção Precoce na Infância (IPI) destina-se a crianças entre os zero e os seis anos com alterações de desenvolvimento ou em risco de as adquirir e suas famílias/cuidadores.

Em Portugal, o DL nº 281/2009, triministerial MTSSS, MS e ME, cria o Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância – SNIPI, onde se inserem as Equipas Locais de Intervenção – ELI, sendo a ELI Loures a Equipa que responde ao concelho de Loures.

Com sede nas instalações da Saúde em São João da Talha, a ELI Loures é constituída por vários profissionais com base em parcerias institucionais: dez docentes de educação especial do Agrupamento de Escolas Luís Sttau Monteiro, uma enfermeira da UCC de Loures, uma psicóloga, duas terapeutas da fala, um assistente social e um fisioterapeuta da IPSS ComDignitatis. Compete às ELI assegurar às crianças a proteção dos seus direitos e o desenvolvimento das suas capacidades, intervir junto das crianças e famílias em função das necessidades identificadas, de modo a prevenir ou reduzir os riscos de atraso de desenvolvimento, apoiar as famílias no acesso a serviços e recursos dos sistemas de segurança social, de saúde e de educação, e envolver a comunidade através da criação de mecanismos articulados de suporte social. As suas práticas assentam no campo do desenvolvimento da criança, num modelo de intervenção centrado na família e funcionalidade da criança nos seus contextos de vida. Porque as crianças aprendem através de interações repetidas com o ambiente, os profissionais de IPI desenvolvem um trabalho colaborativo com os adultos significativos para a criança, através da implementação de programas de IPI nos contextos naturais de vida das crianças (visitas domiciliárias e/ou visitas aos contextos educativos).

Cada situação, com critérios de elegibilidade SNIPI e

prioridade da ELI, implica um Plano Individual de Intervenção Precoce – PIIP (DL 281/2009 artº 8º) elaborado com base na avaliação da criança no seu contexto de vida, identificando os recursos e necessidades da criança e da família e definindo as medidas e ações a desenvolver, identificando os apoios a prestar, incluindo a elaboração de processos de transição ou de complementaridade entre serviços e instituições. Através de preenchimento de uma Ficha de Referenciação (site do SNIPI: <https://www.dgs.pt/sistema-nacional-de-intervencao-precoce-na-infancia.aspx>) ou Ficha existente nos serviços da comunidade, qualquer profissional da área da Saúde, da Educação ou Intervenção Social bem como família ou outros elementos da comunidade, podem referenciar crianças para a IPI, sempre com o conhecimento da família. As Fichas de Referenciação devem ser dirigidas para o correio eletrónico da equipa: eliloures@gmail.com, ou por correio para a sede da ELI, endereçadas à coordenadora da ELI de Loures. Alicerçando a Inclusão, e sendo o concelho de Loures caracterizado pela sua multiculturalidade, foi criado em 2018 o projeto de Português Língua Não Materna, para crianças de idade pré-escolar como medida de promoção do sucesso educativo. O projeto encontra-se em fase de implementação nos jardins de infância do Agrupamento de Escolas Luís Sttau Monteiro e IPSS Vida Abundante, em Moscavide.

ELI Loures

Coordenadora Helena Rodrigues - e-mail: eliloures@gmail.com
CS Sacavém - Rua Maria Conceição Costa,
2695-533 - São João da Talha



Aposta na infância

Instituição de Apoio Social da Freguesia de Bucelas prepara o futuro

A Instituição de Apoio Social da Freguesia de Bucelas (IASFB) é a única Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) que desenvolve trabalho na área dos idosos e da infância, na freguesia de Bucelas, e tem, por isso, um papel fundamental no seio desta comunidade.

A aposta na infância

Com a crescente expectativa de continuar a responder às necessidades dos habitantes da freguesia de Bucelas, nas mais diversas áreas, e a possibilidade de verem as suas valências alargadas no terreno cedido pela Autarquia, candidataram-se ao programa FEDER, com o objetivo de obter apoio para a construção de uma creche berçário para 33 crianças.

Com o rápido crescimento de novas construções na freguesia, e a conseqüente fixação de jovens famílias, tornou-se cada vez mais necessário garantir uma resposta na área da infância.



No seguimento destas preocupações e da aprovação do financiamento, as obras da creche têm início em 2007 e, em setembro do ano seguinte, é oficialmente inaugurada. Um ano depois, as necessidades voltam a crescer. Foi preciso garantir que as crianças que entravam na creche berçário tinham, a partir dos três anos, assegurada a continuidade na instituição. A IASFB volta a candidatar-se a um novo apoio, agora para a construção de um edifício para acolher o pré--escolar, com capacidade para 75 crianças entre os três e os seis anos de idade, que entra, em pleno funcionamento no ano de 2011.

Com todas as condições físicas e humanas, a IASFB revê os protocolos com a Segurança Social, por forma a garantir o alargamento da sua capacidade em diversas áreas de apoio social e duplica a capacidade da creche.

Presente e futuro

Hoje, a IASFB emprega 54 trabalhadores, tem capacidade para 40 crianças na creche-berçário, 75 no pré-escolar.

A IASFB propõe-se, agora, abraçar um novo desafio: a construção de um novo equipamento com resposta de creche. A lista de espera nesta área atinge quase uma centena. Com a transferência do Jardim de Infância da rede pública para as instalações da Escola Básica de Bucelas, surge a oportunidade de a instituição assinar um acordo de cedência do terreno e da infraestrutura existente, onde funcionava o Jardim de Infância de Bucelas, para a construção do novo equipamento de apoio à infância. Um equipamento com capacidade para acolher 84 crianças, 20 delas para o berçário. As restantes, repartidas por quatro salas (duas para crianças de um ano e outras duas para os dois anos), para além de todos os outros espaços necessários ao bom funcionamento do equipamento. Um projeto ambicioso, para arrancar ainda este ano, com o apoio da Câmara Municipal na cedência do terreno do antigo JI de Bucelas e muita vontade da equipa para continuar a prestar um serviço social de qualidade a todos aqueles que vivem ou trabalham na freguesia de Bucelas.





Educação para a Cidadania Democrática e Direitos Humanos

Cristina Gomes da Silva

Socióloga, professora e diretora da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal. Representante de Portugal na EPAN (Education Policy Advisors' Network) do Conselho da Europa

Escrevo este artigo a 15 de setembro, Dia Internacional da Democracia.

Temos dias para assinalar e registar na memória individual e coletiva o que não pode nem deve ser esquecido. Quase sempre são registos relativos a causas importantes – o dia da Água, do Ambiente, dos Direitos Humanos –, minorias ou grupos maioritários, mas em que as desigualdades ainda são gritantes – o dia da Mulher, o dia da Criança – só para referir alguns. O que dizer da democracia? Que é plural, que é aberta, que sofre ameaças e desconfianças várias, que nem todos os cidadãos a valorizam porque não a entendem ou porque a entendem e não a querem. Dá muito mais trabalho viver em democracia, exige de cada um de nós mais competências, mais responsabilidade, mais liberdade, mais disponibilidade para o diálogo, mais autonomia, mais abertura relativamente à diversidade. Mas é também mais desafiante e mais rica. A democracia engrandece-nos e faz de nós cidadãos a tempo inteiro.

Mas como nos tornamos cidadãos? Onde aprendemos a ser Cidadãos? Como aprendemos a viver em democracia? Como aprendemos a identificar e a respeitar os Direitos Humanos? Defendo há muito que o lugar primeiro dessa aprendizagem é a escola e que a escola pública, em democracia, tem uma responsabilidade maior na promoção dessa aprendizagem na construção de uma sociedade mais dinâmica e na promoção de uma maior consciência sobre os Direitos Humanos, muito mais reconhecidos e alargados nos regimes democráticos. Não falo de doutrinação, mas não há educação neutra nem apolítica, sendo as escolas os respetivos centros de treino. Para isso, temos de ter agentes que garantam que esse trabalho é feito com base numa ética humanista, democrática e inclusiva, quotidianamente através de práticas que promovam a aquisição e desenvolvimento de competências cidadãs. Esses agentes são os professores, sem qualquer sombra de dúvida. As funções da escola pública, em democracia, incluem a socialização das gerações mais jovens na cultura política democrática e, para que essa função seja concretizada, preciso

que os professores não se demitam do seu papel enquanto agentes da democracia e que estejam conscientes da sua condição de especialistas, cujo trabalho dá sentido à instituição educativa.

Um maior conhecimento implica uma maior consciência sobre o Eu e o Mundo e pode possibilitar uma maior disponibilidade para participar na vida pública. Portugal tem, hoje, os instrumentos de política educativa que facilitam a vida aos professores nestas questões: *o perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória, a estratégia nacional de educação para a cidadania, o projeto de autonomia e flexibilidade curricular dos ensinos básico e secundário e o Regime Jurídico da Educação Inclusiva*.

É necessário desenvolver processos de aprendizagem mais participados, em que o trabalho colaborativo é valorizado, em que a competição não é um valor, em que os alunos se apropriam do conhecimento de modo mais perene e com mais sentido, em que a convivência com a diversidade está na origem do respeito pelos Direitos Humanos e da construção de uma Sociedade Inclusiva.

Em síntese, podemos dizer que a aprendizagem da cidadania anda de mãos dadas com a garantia da existência da democracia e que quanto maior for a disponibilidade e a predisposição dos cidadãos para a reflexão, quanto mais conscientes estiverem do seu papel individual na construção da sociedade em que se inserem, tanto mais participada será a atividade que garante e protege a democracia enquanto regime.

Movimentos de instituições internacionais vão também neste sentido, como é o caso do Conselho da Europa, onde na conferência realizada em junho de 2017 e subordinada ao tema *Aprendendo a viver em conjunto: um compromisso partilhado com a democracia* foi feita uma recomendação, no sentido de cada país membro incluir estas temáticas de modo claro e sistemático também nos *currícula* de formação de nível superior, com um sublinhado muito particular para os *currícula* de formação de professores e educadores.

Livro de escrita

Português **2.**

OFERTA
AO ALUNO



CAT
RAPD





Motivar os filhos num ensino desmotivador

Ana Manta

Licenciada em Psicologia, Mestre em Desenvolvimento Infantil

Parece um título provocatório, mas mais não é do que a realidade diária das famílias com filhos em idade escolar.

Motivar os filhos para o estudo é, cada vez mais, um desafio de elevada dificuldade.

A sociedade tem evoluído, mas a escola e o nosso sistema de ensino não têm sabido acompanhar esta evolução.

A nossa missão enquanto pais e educadores deve ser tentar dar a volta, procurar estratégias que ajudem a ter vontade de estudar, de pesquisar, de aprender, de trabalhar... Parece difícil? Nem por isso. Exige alguma criatividade, mas acima de tudo parte de seguir a iniciativa deles, os seus gostos, e a partir daí tentar fazer ligações com o que têm que estudar.

Ao estimularmos a criatividade e a curiosidade dos estudantes, e o seu gosto para responder a desafios, estamos a trilhar caminho para o sucesso. É a curiosidade que constitui o principal motor de busca do conhecimento.

Torna-se por isso basililar estabelecer alguns compromissos enquanto pais e educadores:

- Não fazer pelos filhos aquilo que eles conseguem fazer sozinhos: nada de fazer resumos, trabalhos ou pesquisas pelos filhos. Se não os deixarmos fazer nunca vão acreditar que conseguem e dificilmente vão estar motivados por fazer mais e melhor;

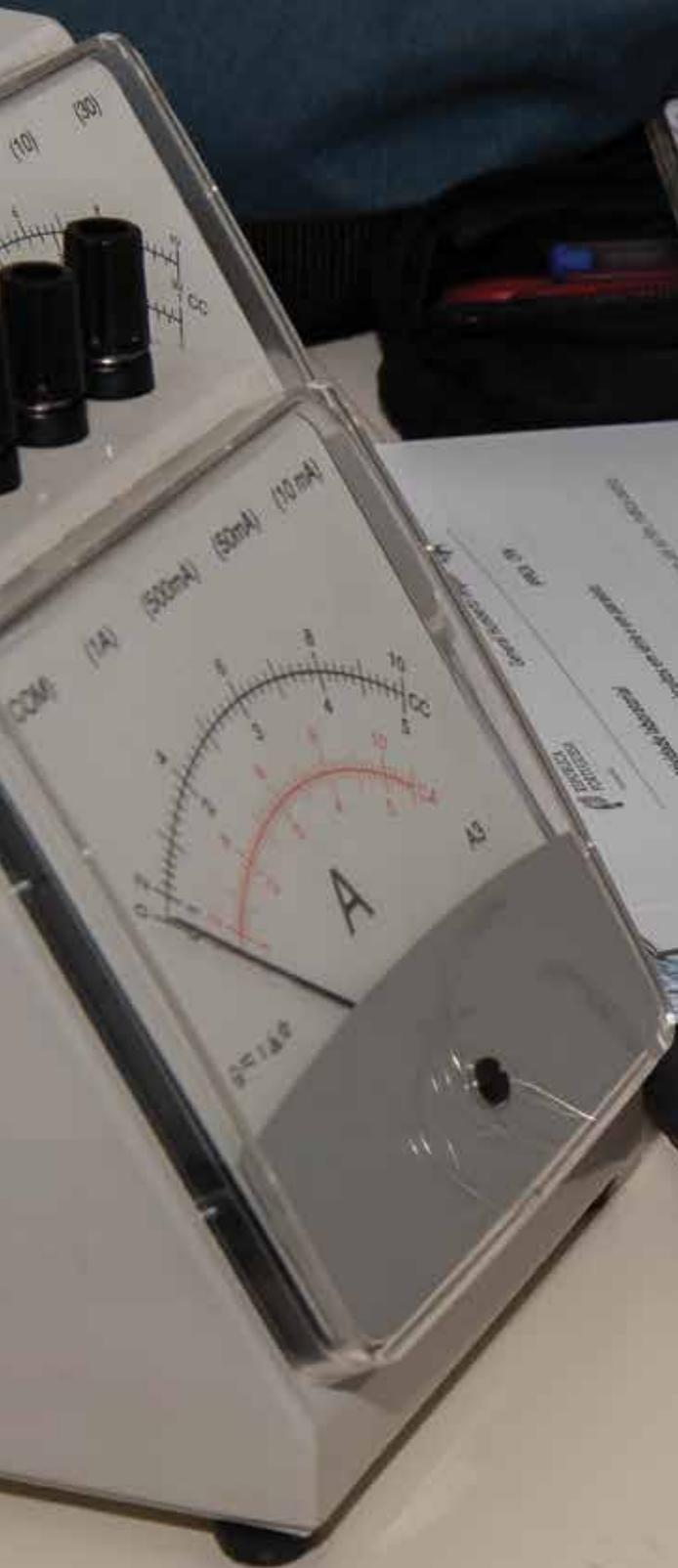
- Mantermo-nos motivados: só motivamos os nossos filhos se estivermos motivados. É fundamental divertirmo-nos a estudar com eles e ajudá-los a ver a escola como um lugar onde é bom crescer... É muito importante estarmos a par das matérias que estão a dar na escola e mostrar interesse. Essa "atenção" motiva os nossos filhos a partilhar sempre mais;

- Diminuir o tempo em frente aos ecrãs: como em tudo na vida, somos um exemplo para os nossos filhos. Se queremos que diminuam o tempo em frente aos ecrãs temos que dar o exemplo e também começar a diminuir o tempo que temos os telefones nas mãos. Quando chegamos a casa vamos tentar deixar os telefones na entrada de casa e só espreitarmos quando as crianças forem dormir;

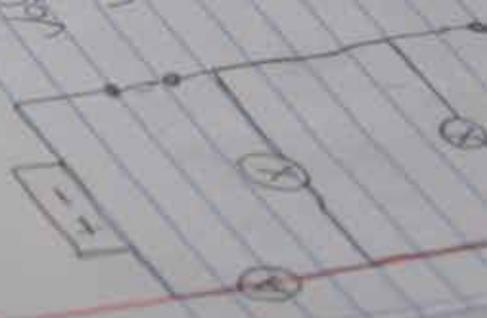
- Deixar as nossas expectativas de lado: todos temos direito às nossas expectativas em relação aos nossos filhos, no entanto, não podemos deixar que elas criem ansiedade neles. Já tivemos a nossa oportunidade como estudantes, não podemos permitir que os nossos filhos vivam angustiados por sentir que não correspondem às expectativas que pensam que temos para eles;

- Encarar os resultados e as notas como um ponto de partida para uma reflexão conjunta: bons ou maus resultados, o importante é que os nossos filhos sintam que o seu esforço é valorizado pelos pais. É, muitas vezes, quando os resultados não são tão bons, que os nossos filhos mais precisam sentir compreensão da nossa parte; é precisamente aí que devemos pensar em conjunto as melhores estratégias para ultrapassar um mau momento;

- Falar muito com os filhos: uma boa comunicação com os filhos é meio caminho para assegurar a motivação. A vida apressada que levamos empurra as famílias para um caminho de pouca ou nenhuma comunicação. Não deixem que isso aconteça nas vossas casas! Queremos horas de refeições sem telefones e com toda a família sentada ao mesmo tempo na mesa! Esses momentos não voltam e vamos sentir muita falta deles.



Karakteristik L1 dan L2
V_{L1} [V]





Para uma avaliação pedagógica capaz de melhorar as aprendizagens e o ensino

Domingos Fernandes

Professor Catedrático do Instituto de Educação - Universidade de Lisboa

A avaliação pedagógica, da responsabilidade integral dos professores e das escolas, sumativa ou formativa, *das* aprendizagens ou *para as* aprendizagens, é um processo que pode ter um papel muito relevante na melhoria das aprendizagens dos alunos.

Os resultados da investigação mostram que a avaliação formativa melhora muito a qualidade das aprendizagens de todos os alunos e, muito particularmente, dos alunos com mais dificuldades. Na verdade, a avaliação formativa é um processo eminentemente pedagógico, através do qual se pode proporcionar *feedback* de elevada qualidade que permite a cada um dos alunos orientar, regular e auto regular os seus esforços de aprendizagem. Trata-se de uma *avaliação de proximidade*, que ocorre através de uma estreita interação entre professores e alunos e entre os próprios alunos. Neste sentido, é uma avaliação tendencialmente contínua e articulada com os processos de ensino e de aprendizagem para que os possamos melhorar. Avaliar não é classificar e não se reduz a uma mera medida. Avaliar é, antes do mais, um relevante processo pedagógico. E é necessário

retirar destas afirmações as devidas consequências a todos os níveis, nomeadamente ao nível da organização e funcionamento pedagógico das escolas. Os alunos têm de ser mais autónomos e de participar mais em todas as atividades escolares. Temos de focar mais os nossos esforços no que os alunos têm de aprender e menos no que temos de ensinar; isto significa que os professores se devem assumir como recursos qualificados capazes de distribuir *feedback* de elevada qualidade.

Um dos maiores desafios que é necessário continuar a enfrentar nos próximos anos é o de instituir práticas profissionais consistentes com estas ideias.

Em cada agrupamento, em cada escola, temos de criar sistemas de avaliação mais integrados nos processos de ensino e aprendizagem, orientados para os melhorar e que articulem melhor a avaliação formativa com a avaliação sumativa. É o tempo de a avaliação pedagógica passar a fazer parte das boas rotinas profissionais como processo de integração e não de exclusão, das crianças e dos jovens portugueses.



Universidade Sénior

Academia dos Saberes
com polos em Bucelas
e Camarate

O ano letivo 2019/2020 trouxe algumas novidades no que respeita à educação ao longo da vida, com os seniores do concelho a disporem de mais dois polos da Academia dos Saberes.

Desde outubro último que as localidades de Bucelas e de Camarate têm também em funcionamento dois polos da universidade sénior do concelho, aumentando assim a oferta disponível para a população com mais de 50 anos. Com a abertura destes dois novos equipamentos, a Academia dos Saberes passa assim a dispor de quatro polos, distribuídos por Loures, Sacavém, Bucelas e Camarate.

Na abertura do polo de Camarate, o presidente da Câmara Municipal de Loures, Bernardino Soares, lembrou a importância deste projeto, frisando que o Município precisa de “pessoas ativas, a fazer coisas novas” e que “a troca de saberes está precisamente na essência das Academias”. Já na abertura do polo de Bucelas, o vereador com a área da Educação, Gonçalo Carozo, afirmou que “a administração municipal tomou a opção de apostar nesta área porque também há muita gente disponível para participar nas atividades da Academia dos Saberes”.

O número de alunos na Academia dos Saberes tem vindo a crescer de ano para ano, contando, neste momento, com mais de 1300 alunos inscritos. O projeto conta também com a colaboração de cerca de 150 professores voluntários. Além das diversas disciplinas à disposição dos alunos em cada polo, existe ainda um plano de atividades que, ao longo do ano, proporciona aos seniores do concelho a comemoração de datas festivas, passeios culturais, exposições, entre muitas outras atividades.

Academia dos Saberes

Quatro polos

Bucelas

Rua João Camilo Alves, nº 7A-7B

Camarate

Rua Cidade de Lisboa, Bloco A, Quinta de São Francisco

Loures

Rua de Damão (antiga escola primária nº 1) Loures

Sacavém

Quinta do Património, Lote 20, Sacavém

Correio eletrónico:

academia_dos_saberes@cm-loures.pt

Ano letivo 2020/2021

Melhorias nas refeições escolares



A Câmara Municipal de Loures anunciou as melhorias do novo contrato das refeições escolares para o próximo ano letivo. Um conjunto de novidades ao nível da oferta e da qualidade do serviço, num investimento municipal de cerca de 3,9 milhões de euros por ano.

O novo contrato, que vai entrar em vigor no ano letivo 2020/2021, tem novas condições. Uma delas é por fim às refeições transportadas a frio. A partir de setembro, todas as refeições serão servidas a quente e será também introduzida uma maior variedade de alimentos, nomeadamente frutas e legumes, e criada a opção vegetariana. Outra das novidades é a introdução do pequeno almoço.

A fiscalização será também reforçada, com a introdução de novos mecanismos, por forma a prever penalizações adequadas para o incumprimento.

Atualmente, a Autarquia tem técnicos responsáveis que fazem a articulação das questões relacionadas com as refeições, mas este novo contrato vai passar a ter um responsável pelas refeições da própria escola, que será o interlocutor para fazer a fiscalização e o relatório quando encontrar anomalias.



Revisão da Carta Educativa de Loures e Plano Estratégico Educativo Municipal

Equipa Técnica da Universidade de Aveiro

A Revisão da Carta Educativa de Loures e elaboração do Plano Estratégico Educativo Municipal resultam do trabalho desenvolvido em parceria entre o Município de Loures e a Universidade de Aveiro.

A Política Educativa tem assumido uma relevância crescente no planeamento à escala local, que se reflete na forma como a decisão política se tem organizado e moldado o debate em torno dos instrumentos educativos. A interação e partilha de saberes entre os decisores políticos e os agentes educativos é essencial para que se construam instrumentos alinhados com as necessidades, expectativas e prioridades da comunidade. Apesar de serem dois instrumentos de natureza distinta são complementares na construção de uma política educativa de um município; a Carta Educativa, mais vocacionada para o planeamento prospetivo da rede de escolas localizadas no município, o Plano Estratégico, um instrumento para a gestão estratégica da política educacional local. Apesar de distintos, a construção destes documentos partilha sinergias e, por isso, possuem etapas comuns. Após uma componente de caracterização da rede municipal de ofertas educativas e formativas, seguida de um estudo sobre a evolução expectável da procura de equipamentos escolares, são apresentados cenários possíveis para a reconfiguração da rede. Os elementos decorrentes desta análise sustentam orientações que visam informar a decisão sobre a localização e capacidade futura dos equipamentos. Ainda que as opções a assumir politicamente representem o objetivo maior da Revisão da Carta, todas as peças que a integram são mobilizadas para a definição da estratégia para a educação. Permite-se, assim, que a visão que

alimenta o Plano Estratégico Educativo combine a perspetiva técnica com a participação ativa dos agentes que melhor conhecem o território educativo de Loures, contribuindo para o alinhamento de vontades e expectativas, reconhecimento e sentimento de pertença face ao trabalho desenvolvido. A elaboração destes instrumentos decorre de um processo complexo, mas desafiante. Aquando do diagnóstico, a recolha de informação exige um trabalho articulado entre os atores para assegurar a partilha atempada de dados e a conciliação adequada de fontes diversas. Assim, equipa técnica, autarquia e instituições escolares devem trabalhar de forma próxima e conjunta. A proximidade é, também, um dos alicerces dos momentos de auscultação, em que o maior desafio passa pela mobilização e envolvimento dos agentes. Estas sessões são centrais no processo, uma vez que os contributos daí decorrentes permitem perceber as características intangíveis do território e das dinâmicas educativas que uma análise meramente estatística dificilmente captaria. Ademais, as impressões e contributos partilhados nestes momentos informarão, em grande medida, a visão estratégica para a educação no Município de Loures. As razões acima referidas relevam que o processo não se pretende fechado com a finalização e/ou homologação dos instrumentos em curso. É igualmente fundamental a corresponsabilização política e da comunidade na prossecução das linhas orientadoras e ações aí vertidas. Deve, pois, reiterar-se a importância de legitimar não só os instrumentos – nos quais a comunidade se deve rever e os quais devem ser colocados ao seu serviço – mas também todo o processo que leva à sua concretização.



Cofinanciado por:

